

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 10 • 2001/2002



CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2001/2002

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS
Volume 10 • 2001/2002 ISSN: 0872-6086

COORDENADOR E
RESPONSÁVEL CIENTÍFICO – João Luís Cardoso
DESENHO – Bernardo Ferreira, salvo os casos
devidamente assinalados
PRODUÇÃO – Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E
REVISÃO DE PROVAS – João Luís Cardoso
MONTAGEM, IMPRESSÃO E ACABAMENTO – Europress, Lda. – Tel. 21 938 14 50
DEPÓSITO LEGAL N.º 97312/96

Estudos Arqueológicos de Oeiras,
10, Oeiras, Câmara Municipal, 2001/2002, pp. 609-616

RECENTES INTERVENÇÕES ARQUEOLÓGICAS DE EMERGÊNCIA DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS (CEACO/CMO)

João Luís Cardoso⁽²⁾

De um passado recente, em que as questões de índole patrimonial – incluindo o património arqueológico – interessavam apenas a sector muito restrito da Sociedade, com limitada capacidade interventora, o crescente esclarecimento dos cidadãos, cada vez mais e melhor informados, trouxe como consequência uma também crescente responsabilização do Poder Local, também ele cada vez mais empenhado e interventor em áreas que, tradicionalmente, eram menosprezadas ou nem sequer faziam parte das suas atribuições naturais. Com efeito, é inquestionável serem as Câmaras Municipais os órgãos que, a nível nacional, mais eficazmente podem contribuir para as acções de investigação, salvaguarda e reabilitação dos diversos Patrimónios, visto serem as estruturas do Estado que mais directamente se relacionam com as ocorrências situadas na sua área de jurisdição, no caso, as parcelas do território nacional por si directamente administradas: esta evidência foi salientada pelo signatário em artigo anterior (CARDOSO, 2000). Tal realidade transparece, aliás, na tendência actual de serem outorgados aos Municípios, por parte do Poder Central, crescentes responsabilidades na gestão dos diversos Patrimónios, incluindo o Património Natural, o qual, em áreas densamente povoadas e humanizadas, como é o caso da correspondente ao Município de Oeiras, corresponderá mais ao conceito de Paisagem Cultural.

No caso específico do Património Arqueológico, é sintomática a crescente constituição de sectores, gabinetes ou centros de Arqueologia no âmbito das administrações municipais, por forma a garantirem, embora seguindo modelos de gestão distintos, a sua adequada salvaguarda. É o caso do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, um dos primeiros a ser criado no âmbito municipal, a nível nacional, por aprovação em reunião de Câmara de 2 de Novembro de 1988, de proposta apresentada pelo Senhor Presidente, Dr. Isaltino Morais. A sua existência, prontamente reconhecida pelo então IPPC, a 20 de Março de 1989, foi-se consolidando em diversas frentes, e sempre através da afirmação no terreno, acompanhada

⁽²⁾ *Agregado em Pré-História. Professor da Universidade Aberta, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras)*

da conseqüente e indispensável produção a nível técnico-científico, expressivamente testemunhada por múltiplas actividades, também de divulgação, incluindo a publicação de revista da especialidade, os “Estudos Arqueológicos de Oeiras”, iniciada em 1991. Com nove volumes disponíveis, destina-se a dar público conhecimento dos trabalhos de índole arqueológica levados a cabo pelos membros do Centro de Estudos Arqueológicos ou daqueles que com ele são convidados a colaborar. A valia científica desta publicação encontra-se, aliás, bem evidenciada pelas permutas estabelecidas a nível nacional e internacional, com revistas de Arqueologia suas congéneres de Alemanha, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Marrocos e Mónaco, totalizando cerca de cento e trinta títulos.

Genericamente, as actividades que são da competência deste Centro de Estudos Arqueológicos, distribuem-se por três áreas fundamentais de actuação, tendo presentes, aliás, os considerandos desenvolvidos há anos pelo signatário, em artigo intitulado “Políticas do Património em Oeiras: ópticas para a sua gestão integrada” (CARDOSO, 1998):

- no domínio da inventariação e investigação do Património Arqueológico;
- no domínio da conservação e valorização do Património Arqueológico;
- e, por último, no domínio da divulgação do Património Arqueológico, acções que, por seu turno se prendem com outros aspectos, como a da dinamização cultural, discutidos em trabalho anterior (CARDOSO, 1995 a), mas que ainda mantém actualidade.

Neste curto apontamento, far-se-ão apenas referência às acções desenvolvidas nos últimos dois anos, no âmbito do primeiro grupo, e apenas as respeitantes a trabalhos de emergência, seguramente as menos conhecidas dos munícipes, que importa, por isso dar público conhecimento. Deve desde já referir-se que boa parte dos trabalhos realizados tiveram como referência as ocorrências assinaladas na Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras, de que o signatário foi co-autor, editada pela Câmara Municipal de Oeiras em 1993. Porém, importa também salientar o facto de muitas de tais ocorrências, corresponderem já então apenas a locais onde outrora se teriam recolhido materiais arqueológicos, em datas muito anteriores à da elaboração do referido documento; seja como for, trata-se ainda de obra basilar que se tem revelado de incontornável utilidade aos estudos abaixo referidos.

1 – CONSTRUÇÃO DA EN 249-3, VARIANTE NÓ DE OEIRAS DA A5/S. MARCOS

O acompanhamento arqueológico em epígrafe resultou de solicitação formalizada pelo Dr. Carlos Ramos, da ex-Junta Autónoma das Estradas (Direcção de Serviços de Projectos), e pela empresa GeoArque, a quem tinha sido adjudicado o estudo de impacte ambiental (área do património arqueológico) em apreço. O acompanhamento decorreu em estreita colaboração entre o CEACO, representado pela Dr^a. Conceição André, tendo o relatório final sido aprovado pelo Instituto Português de Arqueologia, conforme comunicação recebida no CEACO a 10/9/2001. Entretanto, os escassos materiais arqueológicos recolhidos, designadamente nas imediações do Taguspark, deram já entrada nas colecções do CEACO.

2 – POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA. PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA O ORDENAMENTO E RECONVERSÃO DE LECEIA-SUL

O Arq. Carlos Reis, do GPE/CMO, solicitou parecer relativo ao Plano em epígrafe, em preparação naquele Gabinete. Do mesmo modo, o vice-presidente do IPPAR solicitou informação sobre as acções de valorização e o historial do processo de expropriação dos terrenos, em 2000, cuja resposta foi preparada no CEACO e ulteriormente enviada àquele Instituto e ao referido Gabinete municipal; não se tratando, por ora, de qualquer intervenção arqueológica de emergência, a colaboração que o CEACO tem prestado na planificação do ordenamento do espaço envolvente – classificado como “zona de protecção especial” – antevê aquela eventualidade, na altura própria.

3 – ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO ALTO DOS BARRINHOS

O Alto dos Barrinhos é uma colina basáltica, já assinalada na Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras como zona possuindo testemunhos arqueológicos de várias épocas, assinalados pelo signatário antes da rápida instalação e extensão de vasto bairro de barracas no local, na década de 1970. Deste modo, a recente demolição das construções clandestinas ali existentes, constituía oportunidade para averiguar o eventual interesse arqueológico do local, antes que os novos edifícios se ali construíssem. Esta oportunidade foi, ao mesmo tempo, reconhecida pelo Instituto Português de Arqueologia, em Ofício dirigido à C. M. O. e remetido ao CEACO, com pedido de informação, por parte da DIPE/DPGU/CMO (Arq. Isabel Soromenho). Deu-se, deste modo, seguimento ao acompanhamento arqueológico das obras, o qual se prolongou por 2001, realizado pelo signatário e pela Dr^a. Conceição André. Foi possível identificar uma área, exposta em corte por abertura de arruamento periférico da urbanização, onde os materiais arqueológicos se concentravam com maior intensidade; tratava-se de espólio de diversas épocas, especialmente do Neolítico Final e do Calcolítico, configurando a existência de um pequeno povoado pré-histórico no topo da colina. Tais achados, conservados no CEACO, recolhidos muitas vezes na companhia de arqueólogos do Instituto Português de Arqueologia, motivaram a realização de uma escavação de emergência, no quintal de uma das habitações clandestinas, a qual foi realizada logo que se concretizou a respectiva demolição. Entretanto, em Agosto de 2001 foi fornecido texto alusivo à arqueologia do sítio, por solicitação da Dr^a. Carla Castro, do DPH/CMO, destinado à inclusão no Manual do Morador, como de facto se veio a verificar.

As escavações arqueológicas de emergência na zona aludida, que correspondia à maior concentração de vestígios, só foram realizadas de 6 a 24 de Maio de 2002, devido à situação de contencioso com o proprietário, resolvida judicialmente; foram dirigidas pelo signatário, depois de autorizadas superiormente pelo Instituto Português de Arqueologia, e contaram com a participação constante da Dr^a. Conceição André, para além de diversos alunos universitários de Arqueologia e de dois cantoneiros da C. M. O., a quem se deve a rápida progressão dos trabalhos. Os resultados permitiram demonstrar o interesse diminuto do ponto de vista

arqueológico do local, permitindo o rápido reatamento dos trabalhos, conforme foi de imediato comunicado ao arq. Romano de Castro, DPH-DMPUH/CMO.

4 – ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO NO CENTRO HISTÓRICO DE PAÇO DE ARCOS

Por solicitação do Arq. Alexandre Lisboa, do DPE/CMO, em Agosto de 2000, foi este Centro de Estudos Arqueológicos chamado a acompanhar e dar parecer sobre as obras de beneficiação da rua Costa Pinto e zonas envolventes; o referido acompanhamento foi efectuado regularmente pelo signatário e pela Dr.^a. Conceição André, no decurso da execução das obras (que envolveram a abertura de valas no subsolo), de Julho a Setembro de 2000.

5 – INFRAESTRUTURAS VIÁRIAS DO LAGOAS-PARQUE

Por iniciativa da Eng. Fátima Azevedo, Directora Municipal de Planeamento, Urbanismo e Habitação da C. M. O., ulteriormente aprovada em reunião de Câmara de 10/10/2001, foi solicitado o acompanhamento das obras no sector correspondente ao prolongamento da Rua Um, do Plano de Pormenor da Área Ocidental de Porto Salvo. Tal tarefa tem sido realizada desde então e regularmente, em toda a área envolvente, tendo presente, designadamente, a existência da gruta da Ponte da Lage, objecto de escavação arqueológica dirigida pelo signatário em 1993 (CARDOSO, 1995 b), aliás classificada no Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras, publicado em 1999.

6 – INFRAESTRUTURAS DO LOTEAMENTO DO PARQUE DE SANTA CRUZ (CARNAXIDE)

A **Imoplus** solicitou, por Ofício dirigido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, em Outubro de 2001, o apoio do CEACO no acompanhamento da construção das infraestruturas da urbanização em epígrafe. No seguimento dos contactos ulteriores, ficou assente a disponibilidade para a realização daquele acompanhamento, no âmbito das competências e atribuições deste Centro, desde o início das obras. Só em finais de Junho de 2002, aquelas tiveram data anunciada; em conformidade, o signatário requereu ao Instituto Português de Arqueologia autorização para proceder ao referido acompanhamento, prontamente deferida, o qual, aliás, se reveste de responsabilidade acrescida pelo facto de envolver troço enterrado do “Aqueduto das Francesas”, integrado no sistema do Aqueduto das Águas Livres, e como tal classificado como Monumento Nacional.

As obras, correspondendo na fase actual à abertura de arruamentos, foram iniciadas em Agosto de 2002, e têm sido acompanhadas quotidianamente por elementos do CEACO, em especial na zona do referido

aqueduto, tendo sido já objecto de uma pequena escavação de emergência, já concluída, que a seu tempo será divulgada.

7 – ALARGAMENTO DO IC 19

O aumento do número de vias de circulação do IC 19, obrigou à realização de estudo de impacto ambiental. A arqueóloga responsável por tal estudo, depois de formalizado o respectivo pedido de colaboração pela respectiva empresa beneficiou de informações relativas à zona interessada pelos trabalhos, no concelho de Oeiras, por parte do signatário.

8 – FORTE DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (ALGÉS)

A demolição, em Outubro de 2002, do edifício situado na Rua Major Afonso Pala, utilizado, até época recente, como sede da Junta de Freguesia de Algés, veio tornar evidente a já sabida existência, no mesmo local, do Forte do mesmo nome, já referenciado em diversas publicações, o qual se situava sobre a própria praia de Algés. O elevado interesse histórico e patrimonial desta existência, justificou, da parte deste Centro de Estudos Arqueológicos, proposta para que o projecto arquitectónico, que esteve na origem da aludida demolição, se adapte aos vestígios encontrados, cujo adequado desaterro, mediante acompanhamento arqueológico, está a cargo do signatário, depois de solicitado ao Instituto Português de Arqueologia. Deste modo, será viável uma harmoniosa valorização dos referidos testemunhos, integrando-os no novo espaço que se pretende ali criar.

9 – OUTRAS ACÇÕES

Os assinaláveis movimentos de terras já realizados ou ainda em execução em diversos locais do Concelho de Oeiras – designadamente no futuro Parque dos Poetas e na área de Queijas, aqui relacionados com a urbanização – motivaram, por parte do signatário, e no âmbito das atribuições e competências do CEACO, pedido de autorização ao Instituto Português de Arqueologia para o procedimento das necessárias acções de acompanhamento arqueológico. Tais acções desenvolveram-se no decurso de 2000 e de 2001, não se tendo detectado ocorrências arqueológicas susceptíveis de aconselharem outros procedimentos.

Deve ainda referir-se a importância de diversas comunicações a título individual, por municípios, ou mesmo por funcionários da Câmara Municipal de Oeiras, feitas para o CEACO, no sentido de averiguar ou acautelar o potencial interesse arqueológico de ocorrências deles conhecidas, dando, também assim, resposta a uma das vertentes mais importantes de actuação deste Centro, a saber, a da prevenção ou mitigação de danos produzidos no património arqueológico por pequenas obras ou causas fortuitas.

Em conclusão do exposto, verifica-se que a acção do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras no âmbito das intervenções arqueológicas de emergência decorrentes da realização de obras públicas no território concelhio, tem resultado, para além das iniciativas próprias, de solicitações oriundas de diversas Unidades Orgânicas da C. M. O. com destaque, naturalmente, para as que licenciam ou executam obras no subsolo, seja em zona rural ou urbana. Ao longo dos últimos anos, tem-se estabelecido e mantido assinalável e crescente colaboração com aquelas; todas as comunicações recebidas foram sempre avaliadas no terreno, por técnicos do CEACO, situação que importa destacar e, se possível, reforçar. Importa, igualmente, referir a colaboração prestada a empresas encarregadas da realização de estudos de impacte ambiental (área do património arqueológico) e sempre a pedido destas, no concernente a grandes obras públicas, de que o exemplo mais recente é o projecto do metro de superfície, que se desenvolverá na zona oriental do concelho de Oeiras e para além dela (Algés, Linda-a-Velha, Buraca).

Num concelho como o de Oeiras, com uma alta taxa de ocupação urbana do solo, as ocorrências intervencionadas revestem-se, cada vez mais, de um valor acrescido, mesmo que, do ponto de vista estritamente científico ou patrimonial, sejam, quase sempre, de limitado interesse.

Desde o acompanhamento de grandes obras públicas, até ao de urbanizações promovidas pela Autarquia, ou por particulares, bem como obras em centros históricos, de todas tem o Centro de Estudos Arqueológicos dado resposta pela positiva nestes últimos dois anos, incluindo a realização de escavações de emergência sempre que consideradas necessárias. Naturalmente, não se aspira à veleidade de se ter acudido a todas as situações ocorridas, desiderato que, aliás, se afiguraria à partida votado ao fracasso, muitas vezes em resultado da ocultação, por parte dos empreiteiros, das próprias descobertas, ou da sua divulgação tardia, quase sempre envolta em imprecisões, quando qualquer actuação se afiguraria inviável. Mas essa é uma realidade que, a pouco e pouco, se tem procurado combater, também em Oeiras: na verdade, o Arqueólogo – seja ao nível autárquico, ou não – não pode ser senão considerado como parceiro activo no progresso das comunidades onde se encontra forçosamente inserido, promovendo uma sã convivência das gerações presentes com a marcas, conservadas no terreno, das que as antecederam, na ocupação do mesmo espaço geográfico. Sendo tais testemunhos indispensáveis à construção da identidade histórica do território oeirense – de que é paradigma o povoado pré-histórico de Leceia, objecto de escavações arqueológicas dirigidas pelo signatário sem interrupção desde 1983 e uma sua inegável mais-valia – a sua salvaguarda jamais poderá orientar-se por fundamentalismos desusados, que a própria experiência recente tem demonstrado serem estéreis e, a prazo, contrários à própria salvaguarda da nossa memória colectiva.

BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de Oeiras (coordenação de M. I. Soromenho *et al.*, 1999) – *Plano de Salvaguarda do Património construído e ambiental do concelho de Oeiras*, 331 p. (contém bibliografia adicional).

CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 3, 126 pp.

- CARDOSO, J. L. (1995 a) – Arqueologia, Turismo e Poder Local: o exemplo do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 341-347.
- CARDOSO, J. L. (1995 b) – Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). Revisão dos materiais paleolíticos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 5, pp. 49-66.
- CARDOSO, J. L. (1998) – Política do Património em Oeiras: ópticas para a sua gestão integrada. *Oeiras Municipal*, 56, pp. 61-64.
- CARDOSO, J. L. (2000) – Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO). Objectivos e actividades. *Centros Históricos, Revista da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico*, Série II, 2, pp. 37-38.



Fig. 1 – Vista parcial das escavações de emergência realizadas no Alto dos Barrinhos em Maio de 2002. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 2 – Outra vista das mesmas escavações. Foto de J. L. Cardoso.